

Fotos: Daniel García

A FACULDADE DE FILOSOFIA MUDOU O PANORAMA CULTURAL

Antonio Candido

POR FLÁVIO AGUIAR

Além de ser um dos principais sociólogos, professores e críticos literários brasileiros, Antonio Candido tornou-se conhecido como militante das causas da democracia, da educação pública e gratuita, e do combate às iniquidades sociais de nossa sociedade. Foi fundador do Partido Socialista e mais recentemente do Partido dos Trabalhadores. No campo associativo e sindical foi fundador da Adusp, sendo 1º Vice-Presidente na gestão do Prof. Modesto Carvalhosa. Na Universidade colaborou de modo decisivo para que os processos de denúncias, expurgos, cassações, aposentadorias forçadas, perseguições, prisões não impusessem a sua lógica do terror, garantindo que o espaço educativo, de pesquisa permanecesse sempre um lugar de reflexão crítica e independente. Pertenceu a uma geração de pensadores formados diretamente pela chamada "missão francesa", ou seja, os professores que vieram da Europa (nem todos eram franceses) quando da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e da Universidade de São Paulo em 1934.

Considero a Faculdade inicialmente chamada de Filosofia, Ciências e Letras e depois dividida em vários institutos um acontecimento extraordinário. Ela não apenas mudou a vida cultural de São Paulo, mas contribuiu para modificar a de todo o país. Inclusive porque nela as disciplinas humanísticas foram ensinadas aqui pela primeira vez em nível superior. Antes não era possível fazer cursos de Filosofia, História, Geografia, Sociologia, Letras. Alguns anos depois da sua fundação chegou a vez da Economia como curso autônomo na universidade.

Nessa transformação nós tivemos por sorte a colaboração dos professores estrangeiros: franceses e italianos enviados pelo convênio com os respectivos governos em caráter de missão cultural, além de alemães contratados individualmente, porque com o governo nazista não se estabeleceu contato. Note-se a boa orientação democrática dos fundadores, tendo Júlio de Mesquita Filho à frente: para tudo o que poderia implicar conotações ideológicas, como Sociologia, Economia, Política, História, Geografia, vieram especialistas da França, uma democracia; para disciplinas sem referência ideológica, como Matemática, Física, Geologia, Paleontologia, Mineralogia, Estatística, vieram professores da Itália fascista; os alemães, todos anti-nazistas, que desejavam se expandir e de fato ficaram no Brasil, ensinavam Química, Botânica, Zoologia. Vieram também dois portugueses, para Fisiologia e Literatura Portuguesa.

Falando do meu setor, o das Humanidades, é certo que eles estabeleceram muita coisa nova e fecunda, além do conteúdo das matérias; inclusive, em consonância com o intuito dos fundadores da Universidade de São Paulo, a concepção do ensino e da pesquisa desligados de finalidade prática imediata, isto é, estabeleceram o conhecimento "desinteressado", que faz progredir o saber e dá no fim das contas fundamento mais sólido à sua utilização. Trouxeram também novos hábitos mentais, como a renovação anual de cursos e o preparo rigoroso das aulas, cujo texto tinham sempre à frente quando as ministravam. No Brasil era bonito improvisar ou fingir que se improvisava. Para sugerir como isso era novo, lembro de um velho professor secundário que, ao vê-

lo consultar as suas notas durante as aulas, me disse nos anos de 1940 que dar aula assim não era vantagem, pois colavam tudo...

Por falar em professor secundário: um dos setores que mais se beneficiaram com a Faculdade, embora em processo lento, foi o da qualificação de um magistério especificamente formado, quando antes ele era constituído por autodidatas, bacharéis em Direito, médicos, engenheiros, farmacêuticos arrancados de certo modo à sua profissão e encarregados de ensinar disciplinas nas quais se improvisavam ou tinham cursado com outra finalidade. A especialização docente permitiu dar maior normalidade profissional aos graduados pelas antigas escolas superiores, que antes deviam se multiplicar a fim de atender a todas as atividades, desde a burocracia e a política até a agricultura e as finanças, além do magistério. Eles pertenciam à "era dos doutores", que pouco fez para o progresso do conhecimento, porque este era ministrado como instrumento que vinha pronto de fora para ser aplicado profissionalmente de imediato. Assim, ficava para trás o saber "desinteressado", que é o criador. De fato, na "era dos doutores" tivemos pouca autonomia na produção do conhecimento, pois éramos sobretudo transmissores.

No entanto, é preciso ressaltar que sempre houve no Brasil mentes fecundas e homens de saber que conseguiram fazer muita coisa, superando o saber instrumentalizado. A nossa Faculdade e congêneres foram precedidas por instituições sérias, que procuraram passar da reprodução do saber à sua produção, rumo à pesquisa fundamental. Para dar exemplos fora do meu campo e fora de São Paulo, lembro a obra de Oswaldo Cruz, que a partir da necessidade prática de combater doenças tropicais nos anos de 1900 o Instituto de Manguinhos, marco da nossa medicina científica. Do mesmo modo, em Escolas Politécnicas, ou a partir delas, procurou fazer-se coisa análoga com as ciências exatas. Lembro, por exemplo, na do Rio nos anos de 1920, o esforço de homens como Manoel Amoroso Costa e Tobias Moscoso, procurando implantar concepções modernas de Matemática e Mecânica Celeste e preconizando na Academia Brasileira de Ciências a reforma dos estudos superiores, com a fundação de uma universidade centrada na pesquisa,

tanto pura quanto aplicada. Portanto, podemos dizer que a Faculdade de Filosofia veio coroar uma tendência já manifestada antes no sentido da passagem do saber transmitido para o saber criado. O trabalho renovador das missões estrangeiras foi possível porque elas encontraram um Brasil já amadurecendo.

Esse amadurecimento era também visível na vida cultural de São Paulo, o que favoreceu a ressonância dos trabalhadores da Faculdade e reciprocamente foi favorecido por eles. Nos anos de 1930 houve aqui inovações tão importantes quanto o Departamento Municipal de Cultura, no qual Mário de Andrade efetuou em pouco tempo transformações profundas e duradouras nos meios de difusão e fruição cultural. E lembremos que ele se associou a Claude Lévi-Strauss e sua mulher Dina Dreyfus, para fundarem a Sociedade de Etnografia e Folclore. Noutra plano, docentes e estudantes da jovem Faculdade, como Pierre Monbeig e Caio Prado Júnior, se ligaram a especialistas de outros institutos, como o geólogo Luis Flores de Moraes Rego, nas atividades da Associação dos Geógrafos Brasileiros, fundada e impulsionada por Pierre Defontaine, que publicou uma boa revista e estabeleceu as investigações sistemáticas na especialidade. Esses encontros mostram que estávamos passando da era da reprodução para a da produção do saber.

A criação da Universidade de São Paulo caiu, portanto, em terreno favorável num bom momento, embora tenha sofrido muita oposição, motivada por preconceitos conservadores ou simplesmente oposição política. Sabe-se que um interventor do Estado, Ademar de Barros, nomeou Alfredo Ellis Júnior, diretor da Faculdade de Filosofia, com a finalidade expressa de liquidá-la. Dizia-se que ela acarretava despesas inúteis com professores estrangeiros dando aula para meia dúzia de pessoas. Mas Alfredo Ellis percebeu que se tratava de coisa importante, passou a defendê-la e foi decisivo para a sua sobrevivência (embora tenha sido sempre contra a contratação de estrangeiros).

No campo da literatura, é preciso ainda destacar que os anos de 1930 assistiram à relativa aceitação das vanguardas dos anos de 1920, e que o impulso dado pela Semana de Arte Moderna em 1922 ajudou a preparar o ambiente para a atuação da Faculdade de Filosofia.

As coisas estavam mais ou menos nesse pé quando ingressei em 1937 na 1ª seção do Colégio Universitário Anexo à Universidade de São Paulo, para nele fazer os dois anos do Curso Complementar que, segundo a Reforma Campos de 1930, sucedia aos cinco de ginásio. Esse curso existia em alguns colégios particulares mais importantes, mas o da USP tinha qualidade e prestígio maiores, além de situar o estudante no ambiente universitário, como uma espécie de ensaio geral do curso superior.

O Colégio Universitário acabou quando o Curso Complementar foi substituído pelo chamado Colegial devido à reforma Capanema, de 1943. Em princípio tinha quatro, depois cinco seções, que funcionavam junto às Faculdades. A primeira, na de Direito, preparava os candidatos a esta e mais aos cursos de Filosofia, Ciências Sociais, Geografia e História da Faculdade de Filosofia. Graças a ele, não apenas melhorei muito a formação trazida do secundário, mas me abri para o universo da cultura superior. Em 1939 prestei vestibular para ambas as Faculdades: a de Filosofia (subseção de Ciências Sociais e Políticas) e a de Direito, na qual acabei não me formando, apesar de ter cursado até o último ano.

A Faculdade de Filosofia foi para mim e para muitos outros da minha geração uma experiência extraordinária, que nunca louvarei o suficiente. Nela tive professores de alta qualidade e me liguei a um grupo de rapazes e moças aos quais devo quase tanto quanto a eles no processo de amadurecimento intelectual; nela trabalhei 36 anos como docente (e mais 14 orientando dissertações e tese), primeiro como assistente de Sociologia, depois como professor de Literatura. A Faculdade foi o quadro básico da minha vida mental.

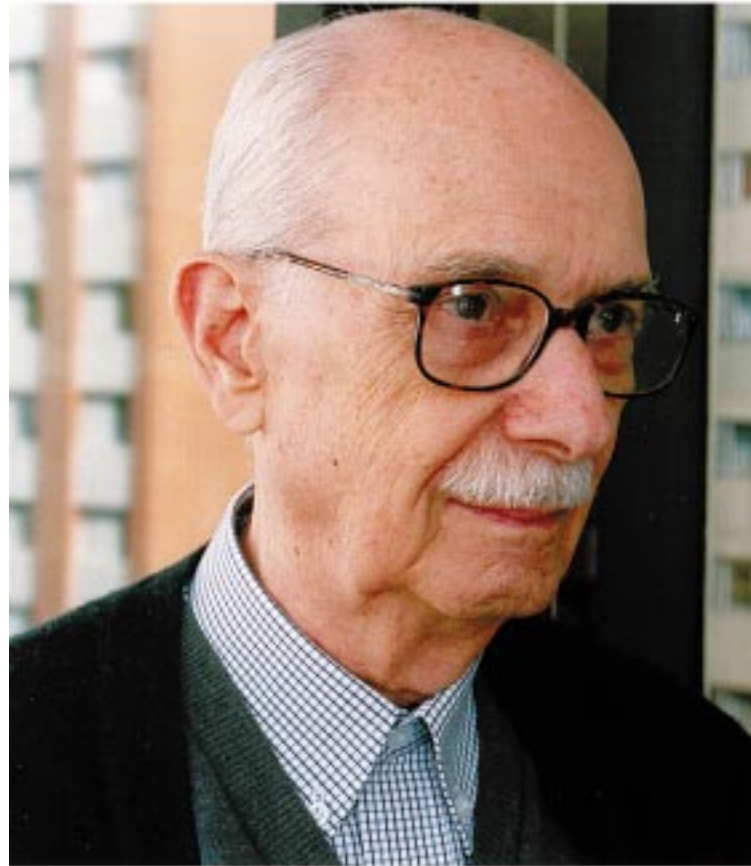
As aulas eram todas em francês ou italiano em nossas seções, salvo, obviamente, História da Civilização Brasileira, no 2º ano. Isso mostra como éramos ainda



dependentes e de mentalidade colonizada. Nesse meio século o Brasil se desenvolveu de tal modo que a nossa língua ganhou maior status e hoje seria impossível uma coisa dessas, pois penso que os alunos não aceitariam cursos regulares naquelas condições. Naquele tempo em que o conhecimento do inglês era mais raro, o francês era um *must*, inclusive por ser a língua da maioria absoluta da bibliografia corrente. E os estudantes se defendiam, pois era ministrado durante quatro e alguns casos cinco anos de ginásio.


No entanto, os professores estrangeiros nos ensinaram freqüentemente a compreender melhor o Brasil. Caio Prado Júnior (inscrito número 1 na subseção de Geografia e História) contava que aprendeu a ver direito a paisagem com Pierre Deffontaines, seu professor, que ele pilotava de automóvel, aos domingos, pelos arredores de São Paulo. Roger Bastide deu em 1940, no quadro da Sociologia Estética, o primeiro curso que houve aqui sobre o Barroco, fazendo-nos analisar fotografias das velhas cidades mineiras e visitar capelas e casas em Embu e São Miguel Paulista. Jean Maugué, de Filosofia, embora pouco vinculado aos temas brasileiros, acabou fazendo reflexões sobre a força dos textos de Machado de Assis, que Bastide analisou de maneira magistral num ensaio renovador e precursor publicado em 1940. Sem falar em Claude Lévi-Strauss, iniciador de rumos originais na antropologia a partir das suas pesquisas no Brasil, ou de Pierre Monbeig, geógrafo que estudou as zonas pioneiras, escreveu um livro clássico sobre a expansão do café e fazia com os estudantes excursões memoráveis. A Faculdade foi sem dúvida um foco de progresso no conhecimento do país, e se estendermos a observação a outras seções veremos o mesmo, bastando lembrar o papel decisivo de Felix Rawitscher, alemão, professor de Botânica, na reformulação da maneira de encarar teórica e praticamente o cerrado. Tudo ao contrário do que achavam muitos nacionalistas patrioteiros, que acusavam a Faculdade de ser um empreza alienante.

Falando um pouco da minha carreira, começo esclarecendo porque, tendo me fixado na crítica e no ensino da literatura, cursei Ciências Sociais, não Letras. O que vou dizer vale para os membros da minha turma de amigos na Faculdade, formados entre 1939 e



1944, o chamado "grupo de Clima", nome da revista que fundamos em 1941 e durou até este último ano. Apesar de sermos licenciados em Ciências Sociais ou Filosofia, e de termos sido algum tempo ou por toda a vida docentes dessas matérias, fomos todos críticos de arte e literatura. Do mesmo modo, a maioria de nós estudou também Direito, o curso todo ou parte dele. É que fomos uma geração de transição entre a "era dos doutores" e a nova concepção de trabalho intelectual; entre a especialização e um certo gosto eclético.

A nossa escolha se prende por outro lado ao fato de sermos filhos do decênio de 1930, pois nascemos quase todos entre 1916 e 1920 e nele nos abrimos para a vida mental. Ora, 1930 foi o decênio dos radicalismos, levando os jovens a abandonar o caminho liberal ou conservador dos pais e se inclinar para a esquerda ou a direita. Os colegas a que me refiro e eu optamos quase todos pela esquerda em graus variáveis, desde a militância partidária configurada até a mera simpatia. Por isso, Filosofia, Sociologia, Política, Economia nos pareciam instrumentos indispensáveis para elaborar uma visão do mundo condizente



No começo talvez eu exagerasse um pouco a atenção à dimensão social, mas ao escrever de 1944 a 1945 minha tese de concurso sobre Sílvia Romero, senti os limites e os perigos da crítica sociológica e colhi as rédeas, inclusive por influência de posições críticas inglesas e norte-americanas. Era o tempo do *new criticism*. A partir de então procurei fazer uma crítica que jogasse livremente com as análises estéticas e o condicionamento histórico-cultural, tendo como critério de dosagem dos pontos de vista as exigências do texto.

com essa opção. Havia, ainda, uma espécie de grande onda de curiosidade pelos estudos históricos e sociais sobre o Brasil, com o impacto das grandes coleções reveladoras, como a Brasileira de Fernando de Azevedo, e da obra de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Artur Ramos e outros muitos.

O meu interesse fundamental era, no entanto, pela literatura. Quando estava no 3º ano, fundamos a revista *Clima*, onde comecei a fazer crítica. Percebi então que não queria ser sociólogo, mas como precisava trabalhar para ganhar a vida, aceitei logo depois de formado, em fevereiro de 1942, o convite de Fernando de Azevedo para ser assistente de Sociologia. No entanto, pensava em mudar de galho quando fosse possível, de maneira que em 1945 procurei uma solução fazer concurso para a cadeira de Literatura Brasileira. Fui aprovado e obtive a livre-docência, à qual eu visava, porque valia eventualmente como passaporte para as Letras. Em 1954 me doutorei também em Ciências Sociais e, tendo dado essa prova de competência na matéria que ensinava, me senti livre para fazer a desejada mudança e me dedicar

apenas aos estudos literários, pois até então fazia as duas coisas. A oportunidade apareceu em 1957 com a fundação da Faculdade de Filosofia de Assis, onde fui ensinar Literatura Brasileira a convite de Antônio Soares Amora, seu diretor. Em 1961, voltei para a USP como docente de Teoria Literária e Literatura Comparada. Uma carreira heterodoxa, portanto.

Como sempre me interessei pela inserção da literatura na história e na cultura, a formação em Ciências Sociais serviu para a minha atividade de crítico e professor no novo rumo. Inclusive porque tive na Faculdade professores como Roger Bastide, que além de sociólogo foi excelente crítico literário, tendo publicado ensaios importantes sobre literatura brasileira. Ou Jean Maugüé, que nos seus cursos transitava livremente entre filosofia, política e literatura.

No começo talvez eu exagerasse um pouco a atenção à dimensão social, mas ao escrever de 1944 a 1945 minha tese de concurso sobre Sílvia Romero, senti os limites e os perigos da crítica sociológica e colhi as rédeas, inclusive por influência de posições críticas inglesas e norte-americanas. Era o tempo do

Parece que construímos sobre a areia: hoje temos um enorme ensino superior pelo país afora, duvidoso na maioria, e um ensino público muito fraco nos níveis primário e secundário, como se tivéssemos querido levantar uma pirâmide de cabeça para baixo. No Brasil o mito da elite esclarecida levando o povo para o caminho do saber foi em grande parte uma ilusão. Como elite, falhamos sob este aspecto, embora tenhamos cuidado bem do nosso próprio saber.

Além desta lacuna em minha fé de ofício, sinto nessa altura da vida outra, que me preocupa em sentido retrospectivo, como educador: pensando bem, sempre vi a educação de uma perspectiva parcial e portanto insatisfatória, porque passei a vida fechado na universidade. Para mim, ensino foi o de nível superior; sobre os outros refleti pouco e nunca fiz nada por eles, ao contrário de mestres como

Fernando de Azevedo, colegas como

Florestan Fernandes e amigos como Darcy Ribeiro.

Ora, a luta educacional deveria ter sido no Brasil voltada sobretudo para a difusão e aperfeiçoamento do ensino primário e secundário (uso, aqui e noutras partes deste depoimento, as designações do meu tempo). Sobre eles poderia ter se firmado um ensino superior também de qualidade. Mas parece que construímos sobre a areia: hoje temos um enorme ensino superior pelo país afora, duvidoso na maioria, e um ensino público muito fraco nos níveis primário e secundário, como se tivéssemos querido levantar uma pirâmide de cabeça para baixo. No Brasil o mito da elite esclarecida levando o povo para o caminho do saber foi em grande parte uma ilusão. Como elite, falhamos sob este aspecto, embora tenhamos cuidado bem do nosso próprio saber. Pessoalmente, sinto-me hoje como alguém que viveu desligado dos grandes problemas da instrução pública para todos.

No entanto, a minha geração se formou à sombra de uma boa filosofia da educação, formulada sobretudo nos anos de 1920 e 1930. Amadurecemos na atmosfera dos defensores da Escola Nova e eu trabalhei com Fernando de Azevedo, um dos líderes mais combativos do movimento de reforma educacional que, ele sim, não apenas teve consciência dos problemas, mas atuou de maneira lúcida e construtiva nos vários níveis, promovendo a reforma do en-

new criticism. A partir de então procurei fazer uma crítica que jogasse livremente com as análises estéticas e o condicionamento histórico-cultural, tendo como critério de dosagem dos pontos de vista as exigências do texto. E sempre evitei encarar a literatura como documento ou como reflexo da sociedade. O texto literário é ao mesmo tempo autônomo e dependente, porque deve ser compreendido, de um lado, como composição verbal que gera objetos específicos; de outro, como manifestação cultural, integrando-se no contexto histórico e social. Por isso, procurei efetuar o que chamei "crítica integrativa", atenta às exigências do texto, pois é, como a caracterizei, uma "crítica de vertentes", dispostas a espessar a natureza de cada texto. Foi o que procurei fazer nos meus cursos.

A este propósito, devo dizer sinceramente que no trabalho universitário me considero sobretudo professor e transmissor de conhecimento. Creio que nunca fui muito na orientação dos estudantes para a investigação, embora sempre os tenha aconselhado quando queriam ou precisavam. Tive orientandos que nunca precisaram de ajuda e outros que recorriam à minha direção. Nunca impus nada. Em resumo: ante o famoso requisito, essencial para a universidade, de união do ensino e da pesquisa, sempre me senti um pouco insuficiente.

sino no antigo Distrito Federal no fim dos anos 20, elaborando o código de educação de São Paulo nos anos 30, exercendo papel decisivo na criação da Universidade de São Paulo.

Apesar de exemplos como o dele, creio que as elites brasileiras do século XX ficaram meio prisioneiras das formulações e não souberam passar corretamente às realizações, contentando-se com as palavras, como acontece freqüentemente no pensamento liberal. As idéias sobre educação podem ser justas, mas para se tornarem operativas em toda a sua extensão é preciso, primeiro, a ação do governo; segundo, o empenho da sociedade que o orienta. As classes dominantes brasileiras se caracterizaram sempre pelo extremado egoísmo e nunca estiveram realmente dispostas a usar o seu poder para realizar o que os educadores esclarecidos preconizavam em matéria de instrução para todos. Isso faz pensar num país como o nosso o entrosamento indispensável entre projeto educacional, ação governamental e vontade coletiva só ocorrerá se houver transformação profunda da sociedade, transferindo para todo o povo a capacidade de decidir. talvez seja o caso de inverter os dados do problema e dizer que, ao contrário do que pensavam os educadores progressistas das décadas de 20 e 30, não é a instrução universal que produz a mudança social num sentido democrático; é a mudança social profunda que permite chegar a uma verdadeira instrução para todos.

Este modo de pensar foi reforçado pelo contato direto com a República de Cuba, onde estive três vezes entre 1979 e 1985. Lá, foi a revolução que conseguiu acabar com o analfabetismo, inclusive estabelecendo um tipo de comportamento coletivo que pode servir de inspiração: em vez de deixar tudo por conta do governo, estimulou-se a população a entrar na campanha da instrução, e isso ajudou decisivamente a fazer de um país pobre e implacavelmente acuado pelos Estados Unidos, verdadeiro modelo de instrução elementar. Sobre esta pôde construir-se o ensino secundário e complementar de qualidade.

No Brasil do nosso tempo vejo elites nem sempre bem formadas por escolas superiores freqüentemente insatisfatórias, instrução pública primária e secundária arrasadas, limitada de melhoria significativa. Até

que ponto vai nossa culpa, não apenas das elites políticas e econômicas, mas das elites culturais, isto é, nossa? Por não ter pensado e atuado a respeito com o devido empenho no tempo devido, talvez nós, filhos da universidade, tenhamos sob este aspecto. Mas não em outros, pois construímos uma cultura universitária importante que, como ficou dito no começo, foi fator decisivo no progresso cultural de São Paulo e do Brasil. Nem é preciso citar as conhecidas estatísticas relativas a porcentagem de produção científica, etc.

Quero deixar claro que não culpo a universidade, em geral, nem a minha Faculdade, em particular, por esse estado de coisas. A função delas foi nos formar. Competia a nós, aos privilegiados que constituem uma parcela da elite mental, intervir na sociedade a fim de contribuir para a sua melhoria ou a sua transformação no campo da instrução e da cultura. A universidade não falhou. Falhamos muitos de nós, inclusive eu.

Como acho que no Brasil o êxito real da instrução pública depende de uma transformação política e social em profundidade, é o caso de perguntar se essa é previsível. Difícil dizer. Mas é certo que ela não virá mecanicamente nem pela iniciativa das elites, e sim por meio de uma vontade coletiva clara, orientada por doutrinas conseqüentes, a meu ver de tipo socialista. As reformas do século XXI, se vierem, não virão com certeza segundo os modelos atuantes no século XX, embora venham provavelmente no rumo das idéias básicas que eles pressupunham e que visam à maior igualdade econômica e ao fim da opressão por parte de minorias privilegiadas, detentoras do poder econômico. Então, será possível difundir efetivamente a instrução de qualidade em todos os níveis e ficará completada a tarefa dos fundadores da universidade e de nossa Faculdade.

Flávio Wolf de Aguiar é professor do Departamento de Letras da FFLCH/USP

